

MARINÊS RESELATTO DOTTI

GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

APLICAÇÃO EFETIVA DE DIRETRIZES,
RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊNCIA

Inter-relação com o direito fundamental à boa
administração e o combate à corrupção

Belo Horizonte

 **FÓRUM**

2018

© 2018 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriane de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D725m Dotti, Marinês Restelatto

Governança nas contratações públicas: aplicação efetiva de diretrizes, responsabilidade e transparência. Inter-relação com o direito fundamental à boa administração e o combate à corrupção / Marinês Restelatto Dotti. Belo Horizonte : Fórum, 2018.

161 p. ; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-85-450-0554-4

1. Direito. 2. Direito Público. 3. Direito Administrativo. 4. Direito Constitucional. I. Título.

CDD: 340

CDU: 340

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

1136339
DOTTI, Marinês Restelatto. *Governança nas contratações públicas: aplicação efetiva de diretrizes, responsabilidade e transparência. Inter-relação com o direito fundamental à boa administração e o combate à corrupção.* Belo Horizonte: Fórum, 2018. 161 p. ISBN 978-85-450-0554-4.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
O BRASIL NO <i>RANKING</i> DA CORRUPÇÃO	19
CAPÍTULO 2	
OS IMPACTOS DA CORRUPÇÃO	27
2.1 Cooperação internacional no combate à corrupção	31
CAPÍTULO 3	
DIREITO A UMA BOA ADMINISTRAÇÃO	37
CAPÍTULO 4.....	41
GOVERNANÇA DE ORGANIZAÇÕES	41
4.1 Atividades finalísticas preenchidas exclusivamente por meio de concurso público	43
4.1.1 Desvio de função	45
4.1.1.1 Usurpação do exercício de função pública.....	46
4.1.2 Vedação à contratação de organizações sociais civis de interesse público visando à intermediação de mão de obra.....	47
4.2 Preenchimento de funções de confiança e de cargos comissionados selecionados exclusivamente da organização pública.....	51
4.2.1 Mapeamento de riscos na contratação de funções de confiança e de cargos em comissão	54
4.2.2 Modelo de recrutamento de cargos de livre provimento de natureza gerencial, selecionados exclusivamente da organização pública e que privilegie a meritocracia	57
4.3 Gestão compartilhada.....	62

CAPÍTULO 5

MEDIDAS JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS INIBIDORAS DA PRÁTICA DE ATOS CONTRÁRIOS À ORDEM JURÍDICA EM PROCESSOS DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO.....	65
5.1 Implementação de ações objetivando o estabelecimento de rotinas	67
5.1.1 Fixação de normas internas que definam as atribuições, competências e responsabilidades dos setores e cargos efetivos (segregação de funções)	67
5.1.2 Edição de manuais internos para os trabalhos dos setores de licitações e contratações	70
5.1.2.1 Rodízio de funções.....	71
5.1.3 Regime jurídico de licitações e moldura regulamentar de procedimentos únicos, no âmbito de todos os Poderes das três esferas da federação.....	72
5.1.3.1 Regime jurídico de licitações e contratos próprios das empresas públicas e sociedades de economia mista.....	74
5.1.4 Processamento da licitação no formato eletrônico	75
5.1.5 Limitação de preços nas contratações públicas	78
5.1.6 As terceirizações da administração pública e a prática do nepotismo	81
5.1.6.1 Terceirização de atividades no âmbito da administração pública	82
5.1.6.2 Inserção de parentes consanguíneos ou afins de servidores públicos e dirigentes da organização nos quadros das empresas terceirizadas	85
5.1.6.3 Terceirização de mão de obra por empresas estatais.....	88
5.1.6.4 Contratação de sociedade empresária, por empresa estatal, baseada em relação de parentesco (Lei nº 13.303/2016).....	92
5.1.6.5 Contratação direta de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, que mantenha relação de parentesco com o dirigente do órgão ou entidade pública contratante, ou com o responsável pela contratação (Leis nºs 8.666/1993 e 12.462/2011).....	93
5.1.6.6 Participação de pessoa jurídica em cujos quadros houver administrador ou sócio com poder de direção que mantenha relação de parentesco com dirigente do órgão ou entidade pública licitante, ou com o responsável pela licitação (Leis n.ºs 8.666/1993 e 12.462/2011).....	97
5.1.7 Capacitação e qualificação de agentes	105
5.2 Responsabilização de agentes	106

5.2.1	Responsabilidade administrativa	108
5.2.2	Responsabilidade civil	109
5.2.3	Responsabilidade penal	111
5.2.4	Responsabilidade por ato de improbidade administrativa	111
5.2.5	Responsabilidade perante os Tribunais de Contas	113
5.2.6	Responsabilidade perante o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	115
5.3	Programa de integridade	116
5.4	Desconsideração da personalidade jurídica de sociedade empresária contratada pela administração pública (<i>disregard doctrine</i>).....	119
5.5	Registro da atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas.....	124
5.6	Atuação uniforme das ações desempenhadas por órgãos de consultoria e de controle, interno e externo, padronização de entendimentos jurídicos e segurança jurídica fundada na estabilidade de precedentes	125
5.6.1	Padronização de minutas de editais, contratos e outros documentos técnicos.....	128
5.6.2	Compartilhamento e uniformização das ações de assessoramento jurídico e de controle, interno e externo	129
5.6.3	Uniformização de entendimentos jurídicos	131
5.6.4	Estabilidade de precedentes	132
5.7	Transparência de dados	134
5.7.1	Sigilo do valor estimado atribuído ao objeto da licitação	141
5.7.2	Responsabilidade do agente público decorrente da divulgação, permissão da divulgação ou do acesso ao valor sigiloso atribuído ao objeto da licitação.....	143
CONCLUSÃO		147
REFERÊNCIAS.....		151